

Esmeralda Lima da Silva¹

“DISCORRENDO POR TODOS AQUELES SERTÕES”: ALIANÇAS, GUERRAS E CONFLITOS NA FRONTEIRA DA CAPITANIA DO PIAUÍ E MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII²

***“DISCURSING FOR ALL THOSE SERTÕES”:
ALLIANCES, WARS AND CONFLICTS ON
THE BORDER OF THE CAPTAINCY OF PIAUÍ
AND MARANHÃO IN THE SECOND HALF OF
THE 18TH CENTURY***

¹ Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

² Esta pesquisa é parte de um estudo mais amplo em andamento, o projeto de mestrado, sobre as redes de relações intertribais e interétnicas em situação relacionais orientadas pela aliança, construídas e alimentadas por diversos povos indígenas localizados na área do Vale do Parnaíba na segunda metade do século XVIII. O trabalho, por ser preliminar, apresenta algumas limitações, que esperamos poder superar com o transcrever da pesquisa em curso. Agradeço à FAPEMA, pelo apoio e financiamento da pesquisa. Agradeço igualmente o auxílio e os comentários de Alexandre Guida Navarro fundamentais para a construção desse artigo.

RESUMO

O presente artigo busca discutir a relação entre a expansão das fazendas de gado na região oriental do Estado do Maranhão e Pará que, em princípios do século XVIII, congregava as capitanias do Maranhão e Piauí, concomitante com os inúmeros conflitos com os grupos indígenas que desarticulavam a ocupação portuguesa em direção ao leste maranhense. Sendo assim, trata-se de descortinar os inúmeros conflitos travados entre indígenas e não indígenas que levam a destruição de inúmeros engenhos e currais desde o distrito de Parnaguá (capitania do Piauí) a região das Aldeias Altas (capitania do Maranhão). Sendo assim, iremos apontar os grupos indígenas que protagonizaram esses movimentos, com ênfase na análise das negociações e as dinâmicas das redes de alianças construídas e os interesses dos diversos grupos e agentes envolvidos nesse processo. Nesta perspectiva buscaremos destacar por meio da análise de uma documentação variada existente no Arquivo Histórico Ultramarino, como regimentos de tropas de guerra, cartas régias e correspondências diversas ações de diferentes grupos indígenas e suas estratégias no que diz respeito à definição de complexas redes de alianças no Maranhão colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Maranhão Colonial; Guerras; Alianças Indígenas; Negociações

ABSTRACT

This article aims to discuss the relationship between the expansion of cattle farms in the eastern region of the State of Maranhão and Pará, which, at the beginning of the 18th century, brought together the captaincies of Maranhão and Piauí, concomitant with the countless conflicts with the indigenous groups that dismantled the Portuguese occupation towards the east of Maranhão. Therefore, try to uncover the countless conflicts between indigenous and non-indigenous people that lead to the destruction of innumerable mills and corrals from the Parnaguá district (captaincy of Piauí) to the Aldeias Altas region (captaincy of Maranhão). So, we will point out the indigenous groups that led these movements, with an emphasis on the analysis of the negotiations and the dynamics of the networks of alliances built and the interests of the various groups and agents involved in this process. In this perspective, we will be able to highlight through the analysis of a variety of existing documentation in the Arquivo Histórico Ultramarino, such as regiments of war troops, royal letters and various correspondence actions of different indigenous groups and their strategies with regard to the definition complex alliance networks in colonial Maranhão.

KEYWORDS: Colonial Maranhão; Wars; Indigenous Alliances; Negotiations

INTRODUÇÃO

A história indígena não se dissocia da história colonial e da história do Brasil. Afinal, como observou Hill (1996), desde que os europeus chegaram à América, a história dos índios e a história colonial se entrelaçaram. O avanço das pesquisas histórico-antropológicas sobre os índios no Brasil e a lenta, porém progressiva, conquista de espaço do tema em nossa historiografia, as pesquisas desenvolvidas na década de 1990 por Nádia Farage (1991), John Manuel Monteiro (1994), Manuela Carneiro da Cunha (1992) e Maria Hilda Baqueiro Paraiso (1998), dentre outros, sobre a História Indígena e do Indigenismo, contribuíram decisivamente para tornar esse tema um amplo campo de pesquisa e de reflexão da historiografia brasileira. De fato, os indígenas foram objeto de intenso debate que atravessou o século XX. Dessa forma, esse artigo busca contribuir para a ampliação do conhecimento sobre a realidade colonial amazônica, especialmente no que tange à História Indígena e do Indigenismo. Recentes estudos acerca da Amazônia colonial portuguesa têm avançado cada vez mais sobre temas que ainda não haviam sido explorados pela historiografia tradicional. A nova história indígena ampliou os olhares que possibilitaram também perceber o papel ativo desempenhado pelos povos indígenas na conformação da sociedade colonial, através de diferentes formas de resistência e interação dos escravizados com os demais grupos sociais que habitavam as áreas coloniais. O crescente protagonismo indígena revelado pelas novas narrativas historiográficas, apontam os índios enquanto legítimos atores históricos que atuavam movidos por seus próprios objetivos e interesses.

Nas últimas décadas, a interlocução entre historiadores e antropólogos para os estudos dos índios em situações de contato tem se intensificado ao ponto de tornar, por vezes, quase imperceptível a fronteira entre seus trabalhos. Os etno-historiadores, consideram essencial reconstruir as histórias dos povos estudados, levando em conta suas próprias compreensões sobre elas. Mesmo que essa temática tenha avançado na compreensão da história indígena através desses trabalhos ainda não compreendemos parte dessa realidade histórica, faltando ainda vários elementos da vida indígena, sobretudo, no espaço colonial maranhense. Desse modo, procuramos dialogar de maneira crítica com as ideias que alavancaram as investigações. Mas começemos do início, nosso ponto de partida são os estudos das redes de relações intertribais e interétnicas como espaço de interação, negociação e intercâmbio.

Segundo Dreyfus (1993), desde o século XVI é observável complexa e diversa rede que ligava, diretamente ou através de intermediários, as populações indígenas amazônicas pré-colombiana e o Caribe, rede que constituiu um espaço de comunicação social e ideológicos, um espaço de circulação de bens, pessoas e de valores. Recentemente Navarro et al. (2017) e Navarro e Prous (2020) demonstraram redes de esferas de interação entre os povos que habitavam as estearias no ano 1000 AD com aqueles do baixo Amazonas e Caribe. Espaços evidentemente descontínuos, de fronteiras fluidas constituídos pelas relações instáveis. Espaço

de guerra e de comércio que aparecem como aspectos, às vezes de momentos diferentes do mesmo processo de constituição. Esses espaços correspondiam a um circuito de redes de trocas entre essas sociedades, antes da chegada dos europeus, aparecem em vários documentos e alimenta uma importante bibliografia sobre a formação de redes de comércio indígenas intertribais de produtos. Desta feita, talvez por privilegiar o momento da conquista, a historiografia deixa de lado a ideia de que a ocupação europeia na Amazônia destacadamente aqui no período colonial se valeu, antes de tudo, da inserção e modificação dessas complexas relações existentes entre as sociedades ameríndias. Essas disputas de poder que atuam sobre um determinado espaço são elementos fundamentais para a constituição dos territórios, esse como um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais. Dessa forma, os espaços indígenas se constituíram bem antes da chegada dos europeus, a partir das disputas entre diferentes grupos sobre o controle de uma determinada região.

Conforme Harris (2015), as redes regionais foram interrompidas no século XVI e os territórios ameríndios e seus meios de comunicação foram transformados, na medida em que novas fronteiras foram estabelecidas. Os efeitos dos empreendimentos coloniais ao utilizarem estas redes tradicionais, transformaram-nas profundamente em suas extensões espaciais e, sobretudo, em sua natureza, das trocas e das relações entre os grupos no decorrer do século XVII e XVIII. A história colonial brasileira priorizou o avanço unilateral do projeto colonial português em detrimento da existência indígena, isso desvela níveis de uma história, basicamente, eurocentrada. Segundo Gallois (2005), muitos autores, preocupados em avaliar os *"impactos do contato"*, acabavam por obscurecer o entendimento das relações de intercâmbios e processos de interação articulando todos esses grupos. De fato, os estudos realizados na década de 1960-1970 investiam nos contextos de separação, promovendo o rendimento da noção de resistência, que dominou por muito tempo a interpretação das redes de relações entre "índios" e "não índios". Nosso intuito é justamente ampliar o entendimento dessas relações intertribais e interétnicas para além das contraposições culturais e étnicas, de modo a incorporar situações em que a aliança, negociação, interação e intercâmbios predominavam em relação ao confronto (porém esse também por vezes era inevitável). Nesse sentido, nosso desafio é entender como, em cada caso, os diferentes grupos indígenas construíram e gerenciaram suas relações. Para Latour (1994), a noção de *rede* permite apreender espaços de mediação e de tradução entre esferas normalmente tomadas como separadas. Navegar pelas redes que conectam diferentes grupos, tomando essa noção de rede na compreensão das dinâmicas ameríndias.

Há estreita relação entre *território* e *rede*, conforme Little (2004), o território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer espaço, ou seja, é um produto histórico de processos sociais. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que

foi defendido e/ou reafirmado. Grosso modo, o artigo lança um olhar sobre a apropriação de conceitos como território e rede, como esposo analítico geográfico para o estudo da ocupação colonial e as dinâmicas das relações construídas nesse processo.

Nesse sentido, o presente artigo tece algumas considerações sobre a importância das categorias espaciais para a produção historiográfica, além de apresentar debates próprios do recorte temático sobre o qual nós temos atuado e que se articula diretamente com o tema da pesquisa. Nesse sentido, o uso do pensamento geográfico como instrumento teórico e metodológico voltado a aprimorar a interpretação da dinâmica da ocupação territorial a partir da discussão proposta por Haesbaert (2004) e Latour (2015), "*território-rede*". Numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território- rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um conjunto de pontos e linhas, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a superfície territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão. Os territórios seriam construídos na forma de e através de redes. Nesse ponto de vista, o território é um tipo de rede que interage com e forma parte de outras redes, mas que, ainda assim, é reconhecível e diferenciável. Desse modo iremos usar território-rede como recurso analítico para apreender uma dinâmica territorial.

Nesta perspectiva, buscamos pensar o espaço geográfico não apenas como uma superfície empírica que a nós se impõe, mas sim tratá-los como resultado de práticas, ou seja, perceber os espaços como "*tramas*" que são tecidas em meio a um emaranhado de ações humanas. Discutir a espacialidade das redes de relações ameríndias e como essas dinâmicas e as práticas desses sujeitos que viviam e circulavam por esses diferentes lugares denotam a complementariedade existente entre eles. Esta perspectiva pode ajudar a compreender a complexidade da dinâmica espacial do território colonial, e como esse território modificou as relações sociais e o mesmo foi modificado por interferências dessas mesmas. Desse modo, buscamos contrapor a tradição da ideia do espaço como um palco e/ou teatro, e tornando-se parte integrante e indissociável das próprias relações sociais.

Diante do que foi apresentado, este artigo busca discutir a relação entre a expansão das fazendas de gado na região oriental do Estado do Maranhão e Pará que, em princípios do século XVIII, congregava as capitânicas do Maranhão e Piauí, concomitante com os inúmeros conflitos com os grupos indígenas que desarticulavam a ocupação portuguesa em direção ao leste maranhense. Sendo assim, tratasse de descortinar os inúmeros conflitos travados entre indígenas e não indígenas que levam a destruição de inúmeros engenhos e currais desde o distrito de Parnaguá e Gurgueia (capitania do Piauí) a região das Aldeias Altas (capitania do Maranhão). Sendo assim, iremos apontar os grupos indígenas que protagonizaram esses movimentos, com ênfase na análise das negociações e as

dinâmicas das redes de alianças construídas e os interesses dos diversos grupos e agentes envolvidos nesse processo. Nesta perspectiva busca-se destacar por meio da análise de uma documentação variada existente no Arquivo Histórico Ultramarino- AHU, como regimentos de tropas de guerra, cartas régias e correspondências diversas ações de diferentes grupos indígenas e suas estratégias no que diz respeito à definição de complexas redes de alianças no Maranhão colonial que procuramos começar a entender e trilhar nas próximas linhas.

O AVANÇO DAS FRONTEIRAS COLONIAIS: O PROCESSO DE MIGRAÇÃO PARA OS SERTÕES E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

De acordo com Little (2004), a história das fronteiras coloniais é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que aí residem. Assim, os processos de territorialização estão imbricados com os incessantes processos de expansão das fronteiras coloniais.

A Amazônia colonial compreendia uma área singular no conjunto das possessões ultramarinas lusitanas. Conforme Chambouleyron (2010), o Estado do Maranhão e Grão-Pará, região que ocupou uma área muito grande da região Norte do Brasil e uma considerável parte do Nordeste criado em 1621, era uma unidade administrativa separada do Brasil e subordinada a Lisboa. Segundo Farage (1991), esta separação teria sido feita em razão de fatores geográficos, tais como ventos e correntes marítimas desfavoráveis, que dificultavam o acesso à região a partir do Brasil. Ainda segundo a autora, tal divisão a princípio meramente administrativa, veio a configurar uma real e profunda diferença de cunho político-econômico entre as duas regiões. Embora administrativamente unidos até meados do século XVIII, se diferenciaram economicamente no decorrer dos anos. Essas peculiaridades, segundo Sampaio (2003), criaram possibilidades para a elaboração de políticas que estivessem ligadas diretamente à realidade colonial. Assim, a Coroa portuguesa teria que redimensionar seus interesses e se adaptar às peculiaridades locais, ou seja, a ocupação do extenso Estado do Maranhão e Pará foi caracterizada pela heterogeneidade.

As diversidades geocológicas da Amazônia colonial imprimiram experiências específicas aos heterogêneos processos de ocupação. Conforme Chambouleyron (2010), a expansão das fronteiras oriental do Estado do Maranhão e Pará que, em princípios do século XVIII, congregava as capitânicas do Maranhão e do Piauí teve uma história conturbada durante boa parte do período colonial. Região cobiçada pela Coroa, pelas autoridades e moradores, assistiu em finais do século XVII, a um processo de ocupação e povoamento em direção ao leste, marcado pela ação de particulares e dos governadores do Estado do Maranhão e seus interesses na região. De acordo com Cabral (1992), a colonização da capitania do Maranhão se deu por duas frentes de povoamento: a primeira pelo litoral,

teve como via de interiorização os rios Itapecuru, Munim, Mearim e Pindaré tendo como centro irradiador a cidade de São Luís. A segunda frente de expansão deu-se a partir do sertão, como a produção pastoril inicialmente ligada às capitanias da Bahia e Pernambuco que atingiu o Piauí e posteriormente o Maranhão. A adaptação do gado a região dos campos dilatados os sertões do Piauí e Maranhão incentivou a expansão em direção ao leste com a ocupação de fazendas de gado *vacum* e cavalar e o estabelecimento de uma estrutura fundiária decorrente da economia pastoril contribuíram para a criação novos núcleos coloniais. Nesse sentido, abriram espaço para um povoamento mais efetivo em direção ao norte, ainda na segunda metade do século XVI, por meio dos rios Gurguéia e Parnaíba. Segundo Sampaio (2011), o processo colonial nos sertões se desenrolava distante dos projetos oficiais, produzindo tensões, alianças surpreendentes e também novas hierarquias não previstas ou desejadas.

Conforme Goulart (1965), foi a emigração baiana e pernambucana que ocupou o rio Parnaíba e deu início a expansão em direção ao leste. De acordo com o autor, essa corrente migratória do gado no Piauí e posteriormente no sul do Maranhão modificou a paisagem de diversas áreas do interior, transformando-as em importantes áreas criatórias, fundamentais para o abastecimento de carne, em outras regiões da colônia. Segundo Carvalho (2006), essa ação migratória de fazendeiros e sertanistas foi pouco a pouco ocupando novos espaços à medida que as fazendas e currais iam se intensificando. Essas levadas migratórias redefiniam as experiências coloniais e alimentavam uma nova dinâmica social e econômica promovendo um impacto significativo no despovoamento indígena do território. Para Bombardi (2014), esse movimento expansionista em direção ao leste concentrou-se próximo aos cursos dos principais rios navegáveis e férteis do Maranhão. Dentre esses, o rio Parnaíba e posteriormente o Itapecuru promovendo o povoamento colonial da capitania do Piauí e a região sul da capitania do Maranhão, a partir da irradiação em direção às áreas interioranas, onde os principais inimigos eram determinadas populações indígenas que, historicamente, impediam o avanço dos colonizadores, tais como as nações Barbados, Gueguês e Guaranés, regiões em que o controle efetivo ainda era das populações nativas.

Segundo Mott (1985), a dilatação das fronteiras, e conseqüentemente a ocupação dos sertões, logo começaram a transformar paulatinamente as dinâmicas do contato com as populações nativas que habitavam as ribeiras de vários, que aos logo se tornaram o principal empecilho para a formação dessas fazendas. Frente a esse processo os indígenas não ficaram impávidos, ainda que a ocupação portuguesa sobre o território indígena tenha provocado uma série de mudanças na estrutura sociopolítica e territorial sobre as sociedades indígenas, diferentes grupos indígenas conseguiram articular-se e construir estratégias frente às dinâmicas coloniais, promoveram fortes movimentos de resistência, despovoando fazendas, e desestruturando a principal atividade econômica da região. Dado esse cenário, essa região permanecia ocupada de forma dispersa e irregular. A ocupação a oeste do rio Parnaíba só se concretizou de maneira mais efetiva na década

de 1730, e se consolidou com a fundação do povoado de Pastos Bons na ribeira do Parnaíba, na segunda metade do século XVIII.

As práticas dos agentes sociais estão constantemente construindo, destruindo e reconstruindo territórios, o que Haesbaert (2004) chama de “des-re-territorialização”. Nesse caso, é importante enfatizar que a produção desses espaços envolveu concomitantemente, a desterritorialização e a re-territorialização. A necessidade de novos territórios levou à desinfestação e desterritorialização das populações indígenas, essa reconfiguração dos grupos étnicos ameríndios, seus movimentos, era parte do despovoamento das margens e da criação de novos espaços indígenas no interior.

Como foi apontado, com o alargamento das fronteiras coloniais a conquista e ocupação do rio Parnaíba era importante, por sua localização estratégica de fronteira. A ocupação das margens do rio Parnaíba representou a abertura de novos territórios da margem esquerda do rio. Ou seja, ao longo da primeira metade do século XVIII, assiste-se ao aumento de pedidos de doações de sesmarias. Segundo o levantamento feito na documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino por Melo (2011)¹, a autora identificou que grande parte das sesmarias concedidas na capitania do Maranhão era para criação de gado *vacum* e cavalari.

O impacto dessa ação é notável nas diversas correspondências trocadas entre o Estado do Maranhão e a Coroa portuguesa. O estabelecimento da Coroa Portuguesa na área do médio Parnaíba, as doações de terras para a criação de fazendas e currais era fundamental para obter acesso aos territórios interioranos abrindo novos caminhos para o gado. A história da ocupação da região do rio Parnaíba e das áreas vizinhas está ligada principalmente à expansão da pecuária. A produção do gado incentivou a expansão dos territórios coloniais sobre os territórios indígenas. Assim, o avanço da pecuária aconteceu associado às guerras com diferentes grupos indígenas que habitavam o interior do território. Desse modo, a história do Maranhão e Piauí foi marcada, de um lado por violentos conflitos entre lusos brasileiros e grupo indígenas na primeira metade do século XVIII e, de movimentos de migração de populações indígenas para áreas distantes dos povoamentos coloniais, como a região entre os rios Itapecuru e Tocantins, desencadeados pela expansão das atividades agropastoris. Nessa perspectiva, entender a história da expansão em direção ao leste é entender as múltiplas estratégias do governo colonial e mais do que isso, as diferentes estratégias de poder e os personagens nelas envolvidos no cenário colonial, além de como estas se articularam dentro da dinâmica colonial, isso explica alguns mecanismos de funcionamento e o papel dos agentes sociais que fizeram parte de tal dinâmica. As estratégias usadas pela administração na América portuguesa visavam atender aos interesses das elites locais e do poder metropolitano.

Segundo Monteiro (2001), a chegada dos europeus resultou em migra-

¹ De acordo com a autora, o levantamento foi realizado nos Avulsos do Maranhão, Pará e Piauí na primeira metade do século XVIII existente no Arquivo Histórico Ultramarino. Sobre essa questão ver: Vanice Siqueira de Melo. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. 2011, 157 f. Dissertação (Mestrado em História), PPGHIST, UFPA, Belém, PA, 2011.

ções substantivas e outros rearranjos da população indígena no nordeste do Brasil. No Maranhão colonial, as comunidades nativas passaram historicamente por movimento de migrações contínuas, paralelas e sequenciadas que afetaram estes povos ao longo do período colonial. A questão demográfica provocada pelo deslocamento das populações indígenas que viviam nas áreas litorâneas e se deslocaram para áreas interioranas provocaria múltiplos fatores que afetariam na formação geográfica e provocariam mudanças na paisagem dos sertões. Segundo autores como Neves (2006) e Porro (2017), o processo de colonização foi, portanto, um grande fator de desarticulação dessas sociedades, ao mesmo tempo promoveu a reconfiguração territorial e social, levando a dispersão de grupos indígenas que até então povoavam áreas mais próximas à costa litorânea a adentrar cada vez mais as terras mais interioranas. Nesse sentido, segundo Bombardi (2014, p. 48), o “contato com o elemento europeu não represento a substituição de concepções territoriais nativas por outras impostas pelo colonizador, mas sim um complexo processo de reorganização social a partir da releitura de suas relações com o espaço”.

Nesse processo, as populações indígenas passaram a reconfigurar seus movimentos migratórios e enfrentar novos processos de territorialização, em busca de áreas distantes dos territórios coloniais. Esse processo migratório advindo do alargamento dos territórios coloniais sobre o território indígena. Segundo Gomes (2011), essas micro-sociedades até então dispersas entre a extensa área geográfica que formava o Maranhão e que embora a localização desses grupos fosse temporária, esse fenômeno provocaria alterações significativas nas relações sociais entre essas populações promovendo alianças, interesses e conflitos se formariam nestes novos espaços.

De acordo com Monteiro (2001), a ideia de que o impacto do contato, da conquista e da história da expansão europeia não se resume apenas na dizimação de populações e na destruição de sociedades indígenas. Esse encontro com o outro também produziu novas sociedades e novos tipos de sociedades. O processo de etnogênese em variadas regiões, as cosmologias indígenas, as expectativas dos contatos e as primeiras gerações de colonos e trabalhadores assim como as línguas e cultura material são muitas vezes faces históricas, arqueológicas e antropológicas ocultas em análises que acentuam as dinâmicas coloniais de ocupação e economia cristalizadas. Esse aspecto foi fundamental na formação de alianças e na determinação das políticas coloniais, a tendência de definir grupos étnicos em categorias fixas serviu não apenas como instrumentos de dominação, como também de parâmetro para a sobrevivência étnica de grupos indígenas, balizando uma variedade de estratégias e resistência. Para o autor isso vem sugerindo os estudiosos a tratar o cipoal de antônimos com mais cautela e rigor, sobretudo no que diz respeito às relações entre as formas sociais pré-coloniais e as unidades sociais posteriores à instalação de populações europeias e africanas nas Américas.

Nesse sentido, há uma relação intrínseca entre a classificação étnico-social imposta pela ordem colonial e a formação de identidades étnicas. É importan-

te lembrar, no entanto, que as identidades indígenas se pautavam não apenas em relação às origens pré-coloniais, como também em relação a outras categorias indígenas que gestaram no contexto colonial das Américas. A divisão fragmentaria os povos indígenas nos sertões amazônicos num grande número de etnônimos específicos.

As regiões distantes do litoral, diferentes populações indígenas, foram responsáveis por ocupar extensas áreas. Com o avanço da ocupação portuguesa, essa configuração sofreu profundas mudanças. As guerras, epidemias e resgates promovidos pelos moradores levaram a rearticulação destas sociedades diante das demandas da colonização. Dessas novas dinâmicas resultavam relações complexas entre esses sujeitos. A forma como os indígenas agenciaram uma série de estratégias diante do incremento dessas relações impacta a presença portuguesa na costa que resultou em migrações substantivas e outros rearranjos da população indígena. Essa ação migratória está intimamente ligada com o alargamento das fronteiras coloniais. No Estado Maranhão, essa ação está coadunada ao processo de ocupação do sul da capitania pela pecuária, uma vez que esse avanço é caracterizado como uma busca por uma nova fronteira econômica. As dinâmicas desse espaço são constantemente tensionadas pela mobilidade que caracteriza esse espaço de “passagem”.

Os espaços ocupados por grupos indígenas vão se reconfigurando com o decorrer da ocupação portuguesa. As diversas ondas de migração, no interior da província, indígena do Alto, Médio e Baixo Rio Itapecuru combinam uma série de sequências de contatos entre grupos ou sociedades diferentes já instaladas no território. Sabemos que houve desde o século XVII intenso trânsito de moradores entre o Piauí e o Maranhão, para a sua ocupação e colonização. Essa ação produziu situações específicas que caracterizaram a onda de migração que transformou a paisagem e promoveu uma reconfiguração dos espaços indígenas, o que para Viana (2019), alterava as fronteiras indígenas.

Assim, a história da colonização do Maranhão e Piauí foi marcada por movimentos de migração de populações indígenas para áreas distantes dos povoaamentos coloniais. Nesse cenário, o rio Paranaíba, região de passagem para todos os curraleiros que ocuparão a região sul do Maranhão, foi feito através de muitos confrontos com os povos indígenas. Nesse período, as guerras movidas contra as nações indígenas habitantes do rio Parnaíba foram responsáveis pela abertura da passagem das tropas portuguesas e outras partes do território, até então um “*espaço indígena*”.

O processo de ocupação portuguesa aos sertões do Maranhão e consequentemente o alargamento das fronteiras colonial as guerras entre colonizadores e indígenas foram constantes. O domínio português sobre as terras ao leste foi se constituindo paulatinamente ao longo do século XVIII. Foi nessa região onde as fronteiras coloniais eram mais definidas que se fizeram sentir os processos de ocupação destinados a alterar essa região grande produtora de gado que a partir da segunda metade do setecentos sofreu um processo de ocupação propriamente

dito. Esse movimento ampliou a geografia da conquista. Porém, não foram apenas os cenários demográficos que conheceram mudanças em meados do século XVIII, as investidas das populações indígenas frente ao processo de ocupação portuguesa levaram diferentes grupos indígenas a articularem interações e estratégias frente a esse processo, articulando e alimentando alianças. É sobre esse processo que trataremos a seguir.

REDES DE RELAÇÕES, ALIANÇAS GUERRAS NA REGIÃO DO PIAUÍ E SUL DO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

As narrativas históricas do período colonial retratam sociedades indígenas belicosas, organizadas em grupos militares, habitando a região da Amazônia colonial portuguesa. Essas narrativas evidenciam o envolvimento em guerras coloniais, de alguns grupos étnicos ou, ainda a incorporação de determinadas etnias nas tropas coloniais e o comércio de cativos envolvendo intermediários indígenas que forneciam cativos. A documentação colonial de fato aponta para um processo de reorientação da guerra colonial que passou por mudanças significativas ao reformular as guerras indígenas diante do novo quadro de alianças e inimizades com os demais grupos existentes no contexto colonial. Estas tensões ganharam novos contornos no século XVIII, através dos processos de ocupação das terras orientais do Estado do Maranhão.

Em carta de 28 de julho de 1738 o então governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco ao rei D. João V, dando parecer da reunião que se executou a propósito dos ataques, por diferentes nações indígena no sertão². Em reunião datada de 14 de julho de 1738 no *Tribunal da Junta das Missões*³ foi convocada pelo governador para tratar a respeito das invasões e hostilidades que sofriam os moradores da maior parte dos sertões da capitania do Piauí feita por diferentes nações de gentios, que por espaço de duzentas léguas viam discorrendo contra os povoadores daqueles sertões. Segundo o governador as ações iam desde as Aldeias Altas (capitania do Maranhão) até os Campos de Parnaguá e Gurgueia (capitania do Piauí). Em cópia inclusa no assento que se tomou na Junta das Missões, resultou na maior parte dos votos dos deputados que se declarasse guerra defensiva contra diferentes grupos indígenas, com o intuito de desarticulação dos movimentos indígenas que ameaçavam os povoadores.

Diante do que foi decretado no Tribunal, em 02 de dezembro de 1744 o governador do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Brancos,

² Carta do governador do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Brancos, ao rei D. João V, datada de 28 de julho de 1738. Arquivo Histórico Ultramarino _ACL_CU_009, Cx. 24\Doc. 2479

³ A Junta das Missões, era composta por prelados jesuítas, carmelitas, mercenários, capuchos e da piedade, pelo governador, pelo ouvidor geral e pelo bispo, era juridicamente responsável para determinar assuntos que estivessem ligados aos índios e seu governo.

escreve ao rei D. João V, sobre as experiências adquiridas com as expedições de guerra que haviam sido enviadas no dia 16 de abril de 1739. Segundo o governador, as expedições das tropas militares portuguesas contra as nações dos gentios Gueguês, Acoroás e outras que infestavam a capitania do Piauí, não estavam sendo suficientes para exterminar ou reduzir as hostilidades “*por ser gentio do corso, que não habita em lugar certo*” e também pela grande opressão que padeciam os moradores daquela comarca, sendo necessário socorro para a subsistência de “*gente de guerra*” para a condução de ajuda necessária para essa região. Solicitava ainda que o rei D. João V ordenasse ao capitão-mor de Parnaguá, Antonio Gomes Leite⁴ a assumir o posto de cabo da tropa portuguesa naquela expedição.

Em julho de 1744, em correspondência trocada entre o já nomeado capitão Antonio Gomes Leite e o governador do Estado do Maranhão e Pará João de Abreu de Castelo Branco, informando sobre as ações tomadas para o estabelecimento da aliança com os gentios Gueguês vista por aqueles moradores como “*a mais prejudicial, e mais feroz daqueles sertões*”. Nestas condições, estabelecer alianças com os índios era imprescindível para os portugueses e, sobretudo, necessário. Para as comunidades indígenas, se aproximar dos portugueses, além de ser uma questão de sobrevivência, era também estratégica, na medida em que os índios souberam tirar partido dessas alianças para defender seus interesses.

Segundo o relato apresentado pelo capitão Antonio Gomes Leite:

“Suspendeu a exclusão da guerra a voluntaria submissão do proprio Gueguê, saindo dos seus mattos aquazi duas mil pessoas, com as quais ficou o dito Padre João Rodrigues, voltando-se pera as suas aldeias todos os domesticos, que tinha acompanhado, e consertou ao gentio na paz, e submissão por espaso de onze meses⁵”

O estabelecimento dos índios Gueguê no arraial que contava com 1.600 chegando a 2.000 geraria enormes gastos. Segundo o capitão, havia dificuldades em prover gado para alimentar todos aqueles indígenas, sendo assim, o mesmo solicitava que o governador convocasse os principais moradores dos distritos da freguesia do Parnaguá para ajudarem no sustento do arraial “*visto a consistir na sua amizade assim que mais se podia desejar da guerra*”. Porém, as iniciativas levantadas pelo então padre João Ribeiro de Carvalho⁶ da Companhia de Jesus, missionário dos índios Barbados que se achavam no mesmo arraial e que era parente de muitos moradores e se valendo do poder que exercia naquela localidade havia convencidos os ditos moradores de “*que seria melhor matar com alguma industria todo, aquelle gentio, e reduzir os que ficassem a escravidão, do que conservallos*”. Ao analisarmos o contexto das relações internas cultivadas entre o padre João Ribeiro de Carvalho e o capitão mor Antonio Gomes Leite, fica claro sua conexão com

⁴ “Carta do governador e capitão do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V” datada de 2 de dezembro de 1744. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_013, Cx. 27\Doc. 2570.

⁵ *Idem*

⁶ Em carta de 15 de setembro de 1747 o governador do Estado do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão endereçada ao rei D. João V, sobre as desordens provocadas pelo Padre e o mesmo foi embarcado ao reino. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4\Doc. 283

o fato de nenhum morador ter ajudado no sustento daqueles gentios. Ação essa que levou o capitão a prover sozinho gastando as suas fazendas com o sustento daquele arraial. Diante desse cenário, o governador solicitou a tesouraria do Tribunal da Junta das Missões, *“o resgate de cinco mil cruzados para o estabelecimento daqueles índios, cuja despesa terá efeito no caso que eles sem violência convenhão em virsse situar nos rios Mearim e Itapecuru”*⁷.

Em carta de 18 de dezembro de 1748 o reitor do colégio da Companhia de Jesus, ajuda a entender melhor os fios condutores dessa trama. A carta endereçada para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, sobre os conflitos com a nação Gueguê⁸. De acordo com o reitor, em 11 de julho do ano de 1743 o governador do Maranhão mandou convocar uma Junta das Missões, para informar sobre as hostilidades e insultos, que atualmente executava o gentio Gueguê em todo o gênero de pessoas pelos distritos da Gurgueia e Parnaguá. Segundo o reitor, em carta endereçada ao governador João de Abreu Castelo Branco, o padre João Rodrigues e o capitão mor Antonio Gomes Leite informaram que ficou determinado na Junta das Missões convocada no Pará no ano de 1743, que se continuasse sobre o comando do padre João Rodrigues, e que os padres Capuchos não ficassem no mesmo aldeamento. De acordo com as informações fornecida na documentação, os padres Capuchos tinham autoridade dentro da localidade de Parnaguá, e insatisfeitos com a presença do padre jesuíta no comando do aldeamento dos índios Gueguê, os padres capuchinos invadiram o aldeamento, e expulsaram violentamente o padre João Rodrigues e se introduziram na dita missão. Segundo o documento, não se sabe o verdadeiro motivo, mas segundo o documento, os índios Gueguês executaram o missionário Capucho.

A complexidade das relações envolvendo “índios” e “não-índios” constitui, assim, um dos focos centrais para essa discussão, na medida em que pretendemos superar a dicotomia construída pela historiografia. As relações construídas por esses sujeitos, se inerem em uma rede de relações já existentes entre os próprios indígenas, ou seja, todos esses sujeitos encontravam-se conectados em uma trama de interações mais ampla, que nos interessa estudar e compreender. Como já foi mostrado, nossa proposta é de ampliar o entendimento de relações “intertribais e interétnicas”, de modo a incorporar situações em que a negociação, a troca e, inclusive assimilação, predominava nas relações desses grupos. Nesse sentido, nosso desafio é entender como, em cada caso, os diferentes grupos indígenas construíram e gerenciaram suas relações. Desse modo, as alianças construídas nesse contexto de constantes conflitos eram fluidas e instáveis. A aliança que os Gueguês firmaram com os portugueses se mostrou frágil, as tensões ocasionadas com a invasão do aldeamento pelo padre capuchinho e intensificaram as hostilidades. De acordo com a carta de 22 de setembro de 1747 escrita pelo governador do Estado do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao rei D. João V,

⁷ *Idem*

⁸ “Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus no Maranhão, João Ferreira, para a Secretária de Estado da Marinha e Ultramar” datada de 18 de dezembro de 1748. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_009, Cx. 31\Doc. 3143.

com o assassinado do padre capuchinho pelos indígenas logo saíram estendendo as tensões *“dispersos por todo aquele sertão do Parnagua guiado por cinco escravos ladinos do capitão mor, cometendo todo o gênero de insultos, não só pelos moradores daquele dstricto com morte de gente, e destruição de muitas fazendas de gado”*.

A essa altura, os inúmeros conflitos levantados acabavam por afetar também os viajantes sertanejos que passaram da Bahia, Maranhão e do mesmo Parnaguá com destino a região das Minas, rota comercial para o abastecimento de carne em outras regiões das colônias sobretudo para o Estado do Brasil. Sendo assim, a disputa das tropas com os indígenas também foi caracterizada pelo domínio dos caminhos, que nesse momento eram controlados pelos índios. Essas ações acabaram por afetar também o comércio

“cometendo não só casas particulares, que levão a escalar, mas sahindo nas estradas, e caminhos públicos, matando e roubando aos comboiros e certanejos com a ruina do comercio por aquelles dstrictos em forma, que por elles se não pode passar porem com os insultos, violência e mortandades, que executa esta nação Guegue”

O avanço das ações dos Gueguês ocorria concomitantemente com as ações das tropas militares portuguesas para pacificar a região. Portanto, após o estopim do conflito com a saída dos Gueguês do aldeamento foram articuladas estratégias de guerra para a nova empreitada. E nesses eventos podemos verificar a participação ativa dos índios aliados indispensáveis às tropas portuguesas, sendo verdadeiras *“muralhas dos sertões”*, sobretudo os índios aldeados. Segundo Puntoni (2002), foi necessária uma forma adaptada de fazer guerra, para a qual a assimilação de técnicas locais foi decisiva, como o conhecimento de guerra indígena. Portanto, diversos acordos e alianças entre portugueses e grupos indígenas foram indispensáveis em diversos momentos da conquista. Sobretudo, pelo fato de que *“os índios representavam o grosso das tropas portuguesas, principalmente devido à falta de soldados luso-brasileiros”* (ROCHA, 2013, p. 53).

Em 17 de abril de 1751 o Conselho Ultramarino passava as instruções militares acerca da organização de gente de guerra, soldo, armas, pólvoras, munições e instruções sobre o recrutamento para a expedição de guerras contra os Gueguês. Segundo o conselho, os missionários deveriam fazer pactos com os indígenas aldeados. Dessa forma, o padre João Ferreira, então reitor do Colégio do Maranhão determinou o recrutamento que os índios das nações Arayos e Anapurûz e alguns que se pudessem tirar das Aldeias do Itapecuru fossem direcionados para compor as tropas, bem como, solicitava auxílio da Serra de Ibiapaba *“hum corpo de índios de guerra daquela grande aldeia, para auxiliarem os da jurisdição deste governo”* cerca de 500 ou 600 índios⁹.

“Que nas principais fronteiras deste gentio se estabeleão outros já domésticos, e guerreiros, que se achão situado pello certão, em partes, aonde se não fazem precisos: como são os índios da nação Arayô e da nação Anapurû, gente bellicoza, com todos seus agregados, os quaes se achão situados na margem do rio Parnaiba e para evitar a

⁹ “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre a continuação da guerra ofensiva datada de 17 de abril de 1751. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_009, Cx. 32\Doc. 3258.

estes o regresso para as povoações, em que residem, deseparados os lugares em que fora postos, será bem, que vão com todos seus principais e familiares escoltando-se citios e comodados aonde dividida hua de outras nação estabelesão suas aldeias e dando ajuda dos moradores daqueles destrictos, e soldados posão com facilidade encontrar, reprimir e rebater a fúria do gentio Gueguê, e penetrar se os seus mattos, e so assim me parece se poderá conseguir o bom sucesso da guerra, socego dos moradores daqueles destrictos, e a expedição dos caminhos para o comercio¹⁰

A desestruturação destes grupos indígenas em choque com as tropas causava uma reorganização das relações sociais, levando a arranjos entre os próprios grupos indígenas. Coadunado a esse processo de constantes conflitos, os Gueguês constituíram alianças importantes com outros grupos indígenas entre o rio Parnaíba e Itapecuru. É importante ressaltar a posição em que os Gueguês se encontravam e de como os mesmos souberam utilizar em seu favor as rivalidades também construídas pelos Timbiras e Acoroás aos portugueses. Sobre esses novos rearranjos, em carta do governador do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, informa ao rei D. João V, sobre as alianças entre Gueguê, Timbiras e Acoroás.

“Não satisfeito só o dito gentio Gueguê com as hostilidades cometidos na capitania do Piauhý se unio com duas nações mais chamadas Timbiras e Acoroás, discorrendo por todos aaquelles Certões com a mesma crueldade baxarão as mais principal da capitania do Maranhão, ribeira do Itapecuru e Parnaiba execuando mortes, latrocínio, por causa e consternados os seus moradores tem despovoado bastantes fazendas de gado com irreparavel prejuízo¹¹”

A partir dessa organização, os conflitos se intensificariam ainda mais, as investidas expandiram para a capitania do Maranhão, mais precisamente a freguesia de São Bento das Balças. É interessante notar que os índios delimitavam bem o seu raio de ação, as investidas eram dadas em áreas de influência para impedir os avanços das tropas portuguesas nessas paragens. A partir disso, podemos inferir que a ação indígena contra o avanço das fazendas de gado foi desencadeada, sobretudo em defesa do espaço indígena que, de certa forma, estava sendo tensionada pela presença lusa no sertão. Não é à toa que a ação dos grupos indígenas na região, estavam provocando o despovoamento de muitas fazendas de gado e levando a ruína aqueles moradores. “*roubando e matando, colocando fogo nas casas de modo q’achão dez ou doze fazendas de gado despovoada e mortas, e prisioneiras suas mais de sincoenta pessoas as q. e insultos que as fazendas de gado*”. Levaram a um cenário de despovoadas de muitas fazendas e gerando grandes prejuízos à fazenda real.

Hê certo q’ o gentio Gueguê com a união dos Timbiras e Acoroás fazem hu considerável poder, e não poderão ser rebatidos, nem delbelar-lhes as suas forças, sem q’ V. Mag^{de} seja servido mandar q’ da

¹⁰ *Idem.*

¹¹ “Carta do governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V, sobre as violência e hostilidades provocadas pelas nações Gueguê, Timbiras e Acoroás as fazendas de gado”, datada de 13 de agosto de 1750 Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_013, Cx. 31\Doc. 2983.

Serra da Ibiapaba se tire hú número de Índios capas de ajudar essa empresa pois aquela gente como tão costumada a guerra, he q' lhe 'o de fazer grave oposição. Também tenho noticia, q' com aqueles bárbaros andão unidos alguns homens brancos, e pretos ladinos¹²

Embora ainda conheçamos pouco sobre as alianças entre índios, africanos e mestiços, esse episódio, já é possível perceber que essas mesmo que superficialmente foram tecidas. Porém as documentações não fornecem muitos detalhes dessas alianças. Ao que tudo indica, muitos desses “pretos ladinos” eram escravos fugitivos que se amontoavam nos sertões. Outra hipótese é que sejam escravos das fazendas invadidas por esses próprios grupos indígenas, que após atacarem as propriedades alguns dos escravos eram levados pelos indígenas. Os classificados como “homens brancos”, nossa hipótese é que sejam desertores militares que entram em contato com os povos indígenas nos sertões.

Várias petições foram feitas durante esse período por governadores pedindo socorro bélico. Em ofício do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, o bispo do Pará, D. Fr. Miguel de Bulhões e Sousa para o ex-secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real, informa sobre o fornecimento de pólvora armazenada nos armazéns da cidade de Belém do Pará para socorrer as populações das capitanias do Maranhão e Piauí nas hostilidades contra elas praticadas pelos índios Gueguê, Acoroa e Timbira¹³. Outro pedido foi feito em, 18 de julho de 1763, o governador da capitania do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas, escreve para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando sobre a invasão que os gentios Gueguês e Timbiras, fizeram na ribeira do Itapecuru e no arraial de São Teles da Boavista e, na freguesia de São Bento de Balsas. Segundo a cópia inclusa, era solicitado, 70 ou 80 armas para colocar os gentios Gueguê fora dos Pastos Bons.

Em ofício de 3 de agosto de 1764 do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informa o descimento dos índios Amanajós, que haviam se oferecido para lutar contra os índios Timbiras, na guerra contra os Gueguês e seus aliados. Em correspondência trocada no de 15 de novembro de 1763, o mesmo havia solicitado ao capitão mor José de Meireles de ajudar no descimento de uma maloca de gentio Amanajós para a freguesia de São Bento das Balças. Os índios Amanajós, estavam aldeados nas proximidades da freguesia de S. Teles da Boa vista, sobre o comando de um missionário mercenário. Os Amanajós, mediante as incursões guerreiras, tinham com os Timbiras “uma rivalidade de longa data”. Em contraponto, a relação amistosa dos portugueses se mostrava vantajosa para ambos os lados. Assim, “*voluntariamente se oferecerão vinte e tantos para hirem a guerra contra os Timbiras, por serem estes os seus maiores inimigos*”.

¹²Carta do Governador e Capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, para o rei D. João V”, datada de 13 de agosto de 1750. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_013, Cx. 31\Doc. 2983.

¹³Ofício do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real”, datada de 14 de novembro de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_013, Cx. 41\Doc. 3818.

Porém, os problemas foram gerados pelo capitão mor José de Meireles e o religioso mercenário que se mostrava empenhado em manter os ditos indígenas naquela freguesia de S. Teles da Boa Vista. Assim, ambos não acataram diligência do governador e sem a ajuda do capitão mor os Amanajós não chegaram para a vizinhança como se pretendia. Em todo caso, os índios parecem estar trabalhando conscientemente ao entrar em contato com os portugueses. Pois, mesmo diante desses problemas, os indígenas buscavam manter a aliança. Mesmo sem terem conseguido socorrer a região como era pretendido, o índio principal dos Amanajós mandou aos seus aliados um índio de presente acompanhado de dois que foram persuadir os portugueses de lhe mandarem ferramentas, e que os mesmos desceriam até a freguesia quando necessário. Segundo o governador a relação de troca seria mantida entregando as ferramentas aos indígenas pois *“para desta sorte os contenatar e ter seguros na amizade que procurarão ter conosco”*. Os Amanajós, por sua vez, sabiam tirar proveito dessas alianças. De um lado usavam os portugueses como aliados contra os Timbiras, e do outro o ganho de ferramentas e outras mercadorias que necessitavam para o trabalho nas roças. Podemos então perceber as relações de trocas, que eram interessantes para ambos os lados, porém nem sempre igualitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção histórica das alianças entre os portugueses e diferentes grupos indígenas é uma questão já posta há algum tempo pela historiografia brasileira, embora nem sempre devidamente considerada nesses estudos. Durante o processo de ocupação em direção ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, diferentes grupos mantiveram complexas redes de relações e intercâmbios na região. Desse modo, as alianças se inseriam dentro das necessidades dos próprios índios, que nelas buscavam contemplar os seus interesses específicos. Por outro lado, as mesmas abordagens não consideravam eventuais laços estabelecidos entre outros sujeitos históricos, muitos dos trabalhos se limitam a suas investigações a analisar apenas essa vertente (índios/portugueses), não considerando eventuais laços estabelecidos entre indígenas e outros agentes locais.

Conforme visto ao longo do texto, as populações indígenas tiveram uma trajetória de alianças e negociações feitas ao longo do tempo, com grupos diferentes e em momentos específicos. Os acordos e as relações de diferentes nações indígenas com outros sujeitos se modificaram e reformularam com o desenrolar das novas demandas da colonização. É evidente, portanto, que diferentes grupos indígenas foram capazes de articular estratégias de guerra bastante complexas, e o poder de mobilizar outros grupos que compartilhavam de alguma forma interesses múltiplos. Outras alianças também foram construídas, e a partir dos documentos é perceptível compreender como esses grupos se inseriram e articularam dentro dessas alianças seus interesses. Por outro lado, não devemos esquecer que

os sujeitos sociais como luso-brasileiros, mestiços, africanos também se inseriram nessas redes buscando seus interesses próprios, e sabiam aproveitar e conseguir suas demandas. Se tais alianças foram uma constante, os mecanismos através dos quais foram seladas e a sua durabilidade passaram por vários momentos, pois elas dependiam não apenas dos interesses dos grupos indígenas, mas também dos outros sujeitos envolvidos, as quais ora viam vantagens em tais acordos, ora preferiam outros caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

[Avulsos do Maranhão]

Cx. 24\Doc. 2479; Cx. 31\Doc. 3222; Cx. 31\Doc. 3143; Cx. 32\Doc. 3258; Cx. 32\Doc. 3276; Cx. 32\Doc. 3287; Cx. 39\Doc. 3848; Cx. 41\Doc. 4019; Cx. 42\Doc. 4109; Cx. 41\Doc. 4045; Cx. 46\Doc. 4476

[Avulso do Pará]

Cx. 27\Doc. 2570; Cx. 29\Doc. 2781; Cx. 31\Doc. 2983; Cx. 41\Doc. 3818

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

BOMBARDI, Fernanda. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimento de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHS, USP, São Paulo, SP, 2014.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1992.

CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordo e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*. 2002. 263 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - PPGH, UNICAMP, Campinas, SP, 2002.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão. Subsídios para a História e a Geografia do Maranhão*. Imperatriz: Ética, 2006.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (SÉCULOS XVII E XVIII)*. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 84-103, abr. 2019.

_____. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açaí, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. MELO, Vanice Siqueira de. *Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII)*. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, p. 167-200, jun. 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIAS, Camila Loureiro. *Civilidade, Cultura e Comércio: os princípios fundamentais da política indigenista na Amazônia (1614-1757)*. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHS, USP, São Paulo, SP, 2009.

DREYFUS, Simone. *Os empreendimentos Coloniais e os Espaços de Políticos Indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Coretino) de 1613 a 1796*. In: CASTRO Eduardo Viveiro de; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *Amazônia: etnologia e história indígenas*. São Paulo: NHII/USP – Fapesp, 1993. p. 19 - 41.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.

FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GALLOIS, Dominique Tilkin. *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Fapesp, 2005.

GOMES, Flávio. *Migrações, populações indígenas e etno-gênese na América Portuguesa (Amazônia Colonial, s. XVIII)*. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. n. 11, p. 1-21, jan, 2011.

GOULART, José Alípio. *O Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro; Edição GDR, 1965.

HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. In: *X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*. São Paulo, p. 6774 - 6792, mar. 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org>. Acesso em: 03 jan. 2022.

HARRIS, Mark. *Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais os Tapajó e além na história ameríndia*. *Revista de Antropologia*, v. 58, n.1. 2015, p. 33-68.

HILL, Jonathan. (Org.) *History, Power and Identity: ethnogenesis in the Americas, 1942- 1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Ed. 34, 1994.

LITTLE, Paul. "Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade". *Anuário Antropológico 2002-2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.

MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em História social da Amazônia) - PPGHIST, UFPA, Belém, PA, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. 235 f. Tese (Livre Docência na Área de Etnologia) - IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2001.

MOTT, L. R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella. 1985.

NAVARRO, A. G.; COSTA, M. L.; SILVA, A. S. N. F.; ANGÉLICA, R. S.; RODRIGUES, S. S. & GOUVEIA NETO, J. C. *O muraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: estudo arqueológico, mineralógico e simbólico*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 12, n. 3, p. 869-894, dez. 2017.

NAVARRO, Alexandre G.; PROUS, André. *Os muraquitãs das estearias do Lago Cajari depositados no Museu Nacional (RJ)*. *Revista de Arqueologia*, v. 33, n. 2, p. 66-91, ago. 2020.

NEVES, Eduardo Góes. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. 1998. 577 f. Tese (Doutorado em História) - PPGHS, USP, São Paulo, SP, 1998.

PORRO, Antônio. História Indígena do alto e médio Amazonas. Século XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos Índios do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 175-196.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Fapesp, 2002.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Memórias dos sertões maranhenses. São Paulo: Siciliano, 2000.

RICUPERO, Rodrigo. A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009.

ROCHA, Rafael Ale. A Elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII). 2013. 330 f. Tese (Doutorado em História) - PPGH, UFF, Niterói, RJ, 2013.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia Portuguesa. In: DEL PRIORI, Mary e GOMES, Flavio, (orgs.). Os senhores dos rios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 123-139.

_____. Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Edua, 2011.

SOUZA JUNIOR, José Alves. Traumas do cotidiano. Religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina. Belém: Edufpa, 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de, COSTA GOMES, Paulo Cesar da, LOBATO CORRÊA, Roberto (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 2a edição. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2000. p. 77-116.

VIANA, Wania Alexandrino. Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII). 2019. 362 f. Tese (Doutorado em História) - PPHIST, UFPA, Belém, PA, 2019.